


BICICLETAS MONARK S.A.

CNPJ nº 56.992.423/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, os administradores de Bicycletas Monark S.A. vêm submeter a V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. O exercício foi marcado por grandes dificuldades devido à pandemia e à situação econômica, financeira e política do país. A inflação afetou muito o poder aquisitivo dos consumidores. O resultado líquido foi de R\$ 8.057.426,69 e a Administração irá propor em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos de R\$ 17,87755709731 por ação. Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes prestaram, no exercício de 2021, serviços exclusivamente relacionados com a auditoria independente das demonstrações contábeis. Não foram por eles efetuados serviços de consultoria ou de outra natureza. Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009 e Instrução CVM nº 552 de 09/10/2014, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes. Agradecemos aos nossos colaboradores e aqueles que, direta ou indiretamente, nos deram apoio e confiança.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS		Notas	2021	2020	BALANÇOS PATRIMONIAIS		Notas	2021	2020
ATIVO/Circulante					PASSIVO/Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	146.350	153.406	Fornecedores e contas a pagar		1.450	1.555		
Contas a receber de clientes		5.345	6.003	Salários e encargos sociais		582	563		
Estoques	5	15.009	5.281	Impostos a pagar		687	216		
Impostos a recuperar	6	1.748	623	Dividendos a pagar		2.114	1.026		
Tributos diferidos	9	9	12	Arrendamentos a pagar	7	1.462	1.865		
Outros créditos		131	130	Não circulante		17.766	20.803		
Não circulante		47.438	51.029	Tributos diferidos	9	13.772	14.497		
Impostos a recuperar	6	2.383	668	Arrendamentos a pagar	7	694	2.686		
Títulos e valores mobiliários	4	40.575	43.424	Provisão para contingências	8	3.300	3.620		
Tributos diferidos	9	1.692	1.832	Patrimônio líquido		191.969	190.456		
Depósitos para recursos	8	364	364	Capital social		133.010	133.010		
Imobilizado	7	2.424	4.741	Reservas de lucros		26.602	26.602		
Total do ativo		216.030	216.484	Ajuste de avaliação patrimonial	10	26.260	28.140		
				Dividendo adicional proposto		6.097	2.704		
				Total do passivo e do patrimônio líquido		216.030	216.484		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Capital social	Reserva legal	Ajuste de Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		133.010	26.602	28.625	-	2.075	190.312
Reversão de Dividendos Prescritos		-	-	-	123	-	123
Dividendo aprovado AGO 30/04/2020		-	-	-	-	(2.075)	(2.075)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.482	-	3.482
Ajuste avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	10b	-	-	(485)	-	-	(485)
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(901)	-	(901)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	(2.704)	2.704	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		133.010	26.602	28.140	-	2.704	190.456
Reversão de Dividendos Prescritos		-	-	-	72	-	72
Dividendo aprovado AGO 30/04/2021		-	-	-	-	(2.704)	(2.704)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.057	-	8.057
Ajuste avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	10b	-	-	(1.880)	-	-	(1.880)
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(2.032)	-	(2.032)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	(6.097)	6.097	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		133.010	26.602	26.260	-	6.097	191.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Bicycletas Monark S.A. ("Companhia") tem por objetivo a industrialização e comercialização de bicicletas, assim como a participação em outras sociedades. **2. BASES DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2022. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, determinação das provisões relativas ao imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor nominal dos títulos, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **2.3. Estoques:** São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição ou produção, sem exceder os preços de mercado ou de realização. **2.4. Títulos e valores mobiliários:** São investimentos em ações e fundos de investimentos em ações classificadas como ativos não circulantes ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As oscilações do valor justo são registradas, líquidas dos impostos, em "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido. **2.5. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações. **2.6. Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade possível de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Foram estimadas com base nas avaliações fornecidas pelos assessores jurídicos. **2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes. **2.9. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

Norma	Descrição	Vigência
IAS 1 Classificação de passivos como Circulante ou não circulante.	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação de Passivo Circulante ou Passivo não Circulante.	01/01/2023
IFRS 1/IFRS 9/IFRS 16/IAS 41.	Melhorias anuais nas normas.	01/01/2022
IAS 16 - Imobilizado	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar em condições de uso.	01/01/2022
IAS 37 - Contrato oneroso.	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso.	01/01/2022
IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual.	Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS.	01/01/2022
IAS 1 - Divulgação de práticas contábeis.	Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 8 - Definição de estimativas contábeis.	Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis.	01/01/2023

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2021	2020
Caixa e bancos	83	270
Aplicações financeiras	146.267	153.136
Total	146.350	153.406

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários pós-fixados, de liquidez imediata e atrelados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário, em instituições de primeira linha. A Administração avaliou as opções de investimentos e julgou apropriada a manutenção das aplicações financeiras em CDB.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NÃO CIRCULANTE)

Ações	2021	2020
Petrobrás PN	26.705	26.602
Eletrobrás	769	862
Fundo Bradesco	12.975	15.818
Outros	126	142
Total	40.575	43.424

5. ESTOQUES

	2021	2020
Produtos acabados	6.588	733
Produtos em elaboração	609	420
Matérias-primas	7.812	4.128
Total	15.009	5.281

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Circulante	2021	2020
IRPJ - Saldo negativo	841	392
IPI, PIS e COFINS a compensar	907	231
	1.748	623

Não circulante	2021	2020
Tributos a recuperar	661	661
I.C.M.S. a recuperar	2.414	1.590
(-) Provisão para perdas na realização do crédito de I.C.M.S	(1.402)	(1.583)
Crédito PIS e COFINS (exclusão ICMS) (a)	710	-
Total	2.383	668

(a) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e do COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017. A Companhia havia protocolado Mandado de Segurança em setembro de 2019 para compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos contados a partir da data da distribuição da ação (ou seja, de 09/2014 até 09/2019). Contudo, diante dos termos da modulação dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706, bem como considerando a data da impetração do Mandado de Segurança específico da Bicycletas Monark (25/09/2019), a Companhia apenas terá direito, após o trânsito em julgado do feito, à compensação dos valores indevidamente recolhidos, a partir de março de 2017 em diante. Desta forma, considerando que a realização deste crédito se tornou praticamente certa, conforme preconizado no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia efetuou a contabilização do crédito apurado no período de março/2017 a maio/2021 no montante de R\$ 710, durante o exercício de 2021.

7. IMOBILIZADO:

	Taxa anual depreciação	2020	(+) Adições	(-) Baixas	2021
Direito de uso - Arrendamentos		8.547	179	(1.231)	7.495
Equipamentos de informática	20%	176	34	-	210
Máquinas e instalações	10%	6.326	149	(20)	6.455
Móveis e utensílios	10%	75	-	-	75
Veículos	20%	305	-	-	305
Total imobilizado		15.429	362	(1.251)	14.540
(-) Total de depreciação acumulada		(10.688)	(1.591)	163	(12.116)
Total		4.741	(1.229)	(1.088)	2.424

Em relação aos direitos de uso (arrendamento), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 1.505 de depreciação (R\$ 1.848 em 2020) e R\$ 14 de juros (R\$ 193 em 2020). Os pagamentos de arrendamento operacional realizados no período (que na prática contábil anterior seriam contabilizados diretamente para resultado) totalizam R\$ 1.502 (R\$ 1.972 em 2020) e foram contabilizados no passivo. A redução do saldo de direito de uso no valor de R\$ 1.231, ocorreu por conta de renegociações nos contratos de aluguel de Indaiatuba e encerramento do contrato de aluguel do escritório de São Paulo vigente até julho de 2021. Foi realizado novo contrato de aluguel do escritório São Paulo no valor de R\$ 179. Desta forma o saldo líquido do ativo de direito de uso e o saldo a pagar de arrendamento mercantil, apresentavam no final do período, respectivamente os valores de R\$ 1.955 e R\$ 2.156 (R\$ 4.367 e R\$ 4.551 em 2020). Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa média ponderada de 3%. **8. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:**

Provisão	2020	(+) Adições/(-) Reversões	2021
Contingências trabalhistas	800	(310)	490
Contingências cíveis (a)	2.750	(2.750)	-
Contingências fiscais (b)	70	2.740	2.810
	3.620	(320)	3.300
	2020	Baixa	2021

Ativo Não Circulante

Depósitos judiciais

a) Em virtude da revisão de expectativa de perda de possível para remota pelos assessores jurídicos da Companhia, a provisão foi estornada. A Companhia pleiteia a execução de título extrajudicial relativo a contrato de compra e venda de imóvel, inadimplido pela W Torre Empreendimentos (suciedida por BR Properties S/A). O valor estimado envolvido é de R\$ 75.320, em 31/12/2021, líquido dos honorários advocatícios. A companhia não reconhece o montante em seus registros contábeis por se tratar de ativo contingente, conforme determinado no Pronunciamento CPC 25. A provisão que havia sido constituída estava baseada em estimativa de honorários de sucumbência deste processo. b) Refere-se à provisão constituída para eventual perda no processo administrativo, pelo qual a Companhia pleiteia a reforma de despacho da Receita Federal que homologou parcialmente a compensação declarada em PER/DCOMPs, referentes a pedido de compensação de pagamento indevido e/ou a maior de ILL, cujo crédito foi reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, nos autos da Ação Ordinária 200.61.00.012948-4. O valor estimado de parcela não homologada em 31/12/2021 era de R\$ 2.735. **9. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO:**

Resultado	2021	2020
Lucro Líquido do exercício antes do IRPJ/CSL	9.936	5.272
Adições permanentes	123	177
Adições temporárias	2.999	909
Exclusão permanente (nota explicativa nº 12)	(4.382)	(45)
Exclusão temporária realizada	(4.124)	(1.284)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	4.552	5.029
IRPJ Corrente	(1.086)	(1.210)
CSLL Corrente	(410)	(452)
Total de impostos correntes	(1.496)	(1.662)
Realização de IRPJ diferido	(282)	(94)
Realização de CSLL diferido	(101)	(34)
Total de impostos diferidos realizados	(383)	(128)
Total dos impostos sobre o lucro no resultado	(1.879)	(1.790)

Saldos - impostos diferidos

	2021	2020
Ativo circulante		
IRPJ e CSLL sobre provisão com crédito de liquidação duvidosa	9	12
Ativo não circulante		
IRPJ e CSLL sobre provisão para contingências	1.147	1.231
IRPJ e CSLL sobre provisão para perdas com créditos tributários	477	538
IRPJ e CSLL sobre diferença arrendamentos	68	63
	1.692	1.832
Passivo	2021	2020
IRPJ/CSLL sobre ajuste avaliação patrimonial	13.528	14.497
IRPJ/CSLL sobre recuperação impostos - PIS e COFINS	241	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	3	-
	13.772	14.497

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O Capital Social integralizado está representado por 454.750 ações ordinárias, sem valor nominal. O valor patrimonial por ação em 31/12/2021 é de R\$ 422,14 (R\$ 418,81 em 31/12/2020). **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia procedeu à avaliação de suas aplicações em títulos, em relação aos valores de mercado, em contrapartida à conta do patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE			
	Notas	2021	2020
Receita líquida	11	17.637	21.790
Custo dos produtos vendidos		(11.691)	(14.977)
Lucro bruto		5.946	6.813
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas		(2.346)	(2.543)
Gerais e administrativas	12	(4.522)	(5.914)
Honorários dos administradores	14	(1.075)	(1.125)
Depreciação		(30)	(32)
Receitas financeiras		7.265	4.535
Despesas financeiras		(431)	(654)
Outras receitas e despesas operacionais	12	5.129	4.192
		3.990	(1.541)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.936	5.272
Imposto de renda e contribuição social	9	(1.879)	(1.790)
Lucro líquido do exercício		8.057	3.482
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de avaliação patrimonial	10b	(1.880)	(485)
Resultado abrangente do exercício		6.177	2.997
Lucro líquido por ação (com base na média de ações em circulação no exercício) - em R\$		17.71836545355	7.65624888400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	2021	2020	
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	9.936	5.272	
Depreciação e amortização	1.591	1.930	
Juros Incorridos sobre arrendamentos financeiros	-	192	
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	(9)	(48)	
Provisão para perdas na realização de créditos tributários	(181)	(147)	
Pro			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Operação	Montante aplicado em 31/12/2021		Estimativa das receitas financeiras de 01/01/2022 a 31/12/2022		
		Risco	Manutenção da taxa do CDI	Redução da taxa do CDI em 25%	Redução da taxa do CDI em 50%
Aplicações em CDB	146.267	Redução da taxa do CDI	6.155	4.616	3.078
Operação	Posição das ações em 31/12/2021		Estimativa da posição das ações em 31/12/2022		
Investimentos em ações	40.575	Queda no valor das ações	40.575	30.431	20.288

16. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA): A Companhia mantém apólice de seguros para estoques e imobilizado, bem como do imóvel locado, sujeitos a riscos diversos, no valor de cobertura de R\$ 42.488, em 31/12/2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONTADOR
Paulo Marzagão Sobrinho Eduardo Bocuzzi Sylvio Marzagão	Sylvio Marzagão Orlando Nucci Filho	Fabiano Machado CRC 1SP235810/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento as atribuições legais e estatutárias, os Membros do Conselho Fiscal da BICICLETAS MONARK S.A., reuniram-se, nesta data, na sede da Companhia, a fim de analisarem o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, tomadas em seu conjunto.

Antonio Carlos Martins Conselheiro Fiscal	Sérgio Ricardo Viola Conselheiro Fiscal	Massao Fabio Oya Conselheiro Fiscal
--	--	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos: Acionistas e Administradores da **Bicicletas Monark S.A.** Indaiatuba - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Bicicletas Monark S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Bicicletas Monark S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Contabilização dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3 e 4, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no montante de R\$ 146.267 mil e em ações e fundo de investimentos em ações no montante de R\$ 40.575 mil. Devido sua representatividade no total do patrimônio líquido da Companhia, consideramos a contabilização destes ativos financeiros como o principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram a verificação da existência desses ativos financeiros por meio de confirmação independente junto às instituições financeiras e documentação das corretoras, bem como de suas correspondentes valorizações por meio de recálculo das remunerações das aplicações em CDBs e verificação do preço das ações no mercado à vista. Adicionalmente, avaliamos a adequação das classificações e divulgações da Companhia sobre o assunto. Com base na abordagem e procedimentos de auditoria descritos, obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes com relação ao reconhecimento, mensuração e adequada divulgação e classificação dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações

estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2022

Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC 1SP-217.532/O-6
RSM Brasil
Audidores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>